

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Fundação Arca da Aliança

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2012

1 - Introdução

A Fundação Arca da Aliança, com sede social na Rua de Santa Cruz nº 1, Cova da Iria com um fundo patrimonial de 399.038,32 €, contribuinte fiscal nº 504 219 413, tem como atividade principal: Outras Atividades Associativas (C.A.E. nº 94 995). A Fundação teve no ano de 2012, três valências em funções, foi a Administração que gere os fundos existentes e promoveu a construção de parte da Aldeia Intergeracional, que é o Lar das Bem-Aventuranças; o Lar de Infância e Juventude (L.I.J.), para o qual tem um protocolo com o Instituto da Segurança Social para 25 utentes e; a outra valência, com menos expressão que é o apoio a famílias carenciadas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2012.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução da atividade, do desempenho e da posição da Fundação, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução da atividade, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, a desejada recuperação da economia mundial tem sofrido alguns retrocessos, levando a alguma incerteza no que respeita às perspetivas de médio prazo. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias avançadas não terem vindo a restabelecer a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Os grandes erros da política fiscal dos EUA também têm contribuído para a preocupação dos investidores.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

A atividade económica a nível mundial, de acordo com o FMI, terá registado em 2012 um crescimento positivo de cerca de 3,2%, sendo que o PIB das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,3%, contra os 5,1% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um crescimento na ordem dos 2,3% e, na zona euro, este foi um ano de recessão com um retrocesso da economia de cerca de 0,4%. As previsões apontam que para que os EUA sofram um ligeiro abrandamento no seu crescimento enquanto que nível europeu as expectativas para 2013 são de continuação de uma recessão ligeira.

Estas previsões são influenciadas pelas dificuldades financeiras sentidas pelos países mais pequenos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e na dúvida sobre a resolução da crise, apesar dos progressos recentes efetuados. Ao longo do ano de 2013 irão sentir-se algumas melhorias, dado que a política de reformas planeadas para dar resposta à crise continuam em curso.

O enquadramento económico dos últimos anos tem como consequência uma crise mundial de emprego. De acordo com os dados do Eurostat, a taxa de desemprego da união europeia situou-se nos 10,7% em Dezembro de 2012, embora ligeiramente superior na zona euro (11,7%), sendo que nos EUA este valor caiu para 7,8% (face aos 8,3% de 2011), tendo a média dos países da OCDE mantido os níveis de 2011, nos 8%.

O atual contexto de fortes tensões nos mercados financeiros contribuiu para a perda de acesso do setor público e, em consequência, do setor bancário a financiamento de mercado em condições regulares. Desta forma, houve a necessidade de alguns países europeus solicitarem a assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social o desempenho de Portugal revela um comportamento preocupante com a contração da economia portuguesa em 2012 e 2013, seguida de uma virtual estagnação em 2014.

Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada. Apesar do crescimento significativo das exportações, segundo dados do Banco de Portugal, o mesmo não é suficiente para compensar a forte contração da procura interna, num quadro de desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

A crise da dívida soberana na zona euro e os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos, forçaram o governo português a recorrer em 2011 ao Fundo Monetário Internacional para acesso a financiamento externo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), que tem levado à adoção por parte do Governo de Portugal, de um conjunto de medidas para ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas medidas têm tido um efeito negativo na economia portuguesa e promovido alguma agitação social.

Assim sendo, em termos reais, o PIB terá apresentado uma taxa de variação homóloga de -3,8% no quarto trimestre de 2012 (-3,5% no trimestre anterior), fixando a taxa anual de crescimento negativo do PIB em 3,2%. A evolução do PIB traduziu, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), uma redução do contributo positivo que a procura externa líquida, verificando-se uma redução menos acentuada das Importações de Bens e Serviços e uma redução das Exportações de Bens e Serviços. Em sentido oposto, a procura interna apresentou um contributo menos negativo para a variação homóloga do PIB, traduzindo sobretudo a redução menos expressiva do Investimento.

Em termos orçamentais, o objetivo do défice do Estado de cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme compromisso com a Troika, foi cumprido. Este objetivo foi conseguido recorrendo a algumas medidas extraordinárias por parte do governo, como foi o caso da concessão da ANA - Aeroportos de Portugal, sujeita ainda a ser validada pelo Eurostat.

De acordo informações da Direção Geral do Orçamento, a receita fiscal caiu cerca de 6,8%, face a 2011, evidenciando um recuo de 4,7% nos impostos indiretos e de 9,5% nos impostos diretos (a receita de IRS decresceu 7,3%, enquanto a de IRC decresceu 17,3%). No que respeita à despesa, esta não sofreu alterações significativas face a 2011, tendo a despesa primária e de capital recuado 1,9% e 10,5% respetivamente, a par de um aumento da despesa corrente de 0,8%. Para este aumento em muito contribuíram o aumento dos juros da dívida, bem como das transferências correntes.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2012 os resultados espelham a boa atividade desenvolvida pela Fundação.

De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 16.836,04 €, sendo 94% deste valor, o abono de família de cada utente no L.I.J. que provem da Segurança Social, o restante valor respeita às quotizações recebidas pela Ala dos Amigos da Fundação.

Relativamente aos outros rendimentos, dividem-se em:

- Subsídios do Estado e outros entes públicos, no valor de 332.223,65 €, dos quais 326.061,00 € dizem respeito ao Centro Regional da Segurança Social, respeitantes ao acordo de cooperação existente para o L.I.J.; e 2.492,13 € que foi 0,5% da consignação do I.R.S. recebido em 2012, para a Administração.
- Outros Rendimentos e Ganhos, no valor de 63.767,57 €, que essencialmente, são 8.500,85 € - Imputação de subsídios para investimentos, na valência L.I.J.; 54.802,46 € - Donativos para a Fundação.
- Juros, Dividendos e outros rendimentos similares, no valor de 260.023,70 €, que foram efectivamente recebidos pela liquidação e vencimento de Depósitos a Prazo e da Aplicação em Fundos de Investimento –

Eurovida.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida os valores do total dos gastos da Fundação:

- Custo das Matérias Consumidas	37.952,64 €
- Fornecimentos e Serviços Externos	132.925,21 €
- Gastos com o pessoal	255.954,48 €
- Gastos de Depreciação e de Amortização	40.534,97 €
- Outros Gastos e Perdas	3.923,17 €
- Gastos e perdas de Financiamento	69.374,26 €

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta os gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RUBRICAS	PERIODOS
	2012
Gastos com Pessoal	255.954,48 €
Nº Médio de Pessoas	22
Gasto Médio por Pessoa	11.634,29 €

A valência L.I.J. tem 20 funcionários, incluindo uma Directora Técnica, 6 ajudantes de acção educativa, 7 monitores, 2 psicólogos, 1 Educadora Social, 1 Cozinheiro, 2 Trabalhadores Auxiliares de Serviços Gerais. Na Administração, estão 2 funcionários, um trabalhador auxiliar de serviços gerais e uma escriturária.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira a Fundação apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível da autonomia financeira:

Em 2012, o ativo era de 9.831.044,16 € e o fundo de Capital era de 6.446.726,01 €, consequentemente a sua autonomia financeira era cerca de 66%. Relativamente a 2011, a autonomia financeira foi 94 %. Houve uma acentuada quebra na autonomia financeira, visto que se iniciou a construção de parte da Aldeia Intergeracional, e se recorreu a financiamento bancário e a uma candidatura a fundo perdido POPH – PO Potencial Humano..

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da fundação através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2012	
Ativo não corrente	9.268.552,21	94 %
Ativo corrente	562.491,95	6 %
Total ativo	9.831.044,16	

RUBRICAS	2012	
Fundo Patrimonial	6.446.726,01	66 %
Passivo não corrente	3.085.000,00	31%
Passivo corrente	299.318,15	3 %
Total Fundos Patrimoniais e Passivo	9.831.044,16	

A Fundação exerceu atividade nos seguintes nas três valências acima descritas, mas com maior relevo a construção do Solar das Bem-Aventuranças, que entrará em pleno funcionamento no 2º trimestre de 2013, e o Lar de Infância e Juventude que tem a seu cargo 25 jovens e tem um protocolo com a Segurança Social.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Fundação Arca da Aliança no período económico findo em 31 de Dezembro de 2012 obteve um resultado líquido de 132.186,23 €, propondo a sua aplicação para a conta de Resultados Transitados.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para a contração da atividade económica em Portugal em 2013, sendo que em 2014 começará a haver uma ligeira recuperação da economia. Esta evolução negativa traduz o impacto sobre a atividade económica do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década.

A projeção da atividade económica para o período 2013-2014 realizada pelo Banco de Portugal tem subjacente uma forte retração da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do rendimento. A contração da atividade económica é suavizada pela evolução relativamente favorável das exportações, num contexto de crescimento virtualmente nulo da procura externa. A diminuição do consumo privado deverá atingir 3,6% em 2013 e crescer 0,1% em 2014, o que corresponde a uma queda acumulada de 9% no período 2012-2014. A queda acumulada do volume de consumo público no período 2013-2014 será da ordem de 6,9%, seguindo a tendência dos últimos anos.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. Contudo, no que respeita às taxas de juro ativas, o seu diferencial é expectável aumentar face à taxa de referência do mercado monetário, reduzindo-se progressivamente no segundo semestre de 2013, num contexto de gradual recuperação da economia.

A alteração profunda da composição da despesa, nomeadamente a expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tem-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa. O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9.4% do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012. O Banco de Portugal, prevê que esta tendência se venha a manter, levando a um excedente da balança corrente e de capital de 4.4% do PIB em 2014. Uma parcela muito significativa deste ajustamento espelha a melhoria da balança de bens e serviços neste período, para a qual se projeta um excedente de 3.1% e 4.1% em 2013 e 2014, respetivamente, após décadas de défices crónicos.

Assim sendo, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada que se prevê registar taxas de crescimento positivas. Apesar de se antecipar uma desaceleração em 2013, num quadro de virtual estagnação da procura externa, deverá ser seguida de uma aceleração em 2014.

Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma redução do emprego de 1,9% em 2013, seguida de uma estabilização em 2014. Enquanto em 2013 a contração do emprego será sentida nos dois setores, público e privado, já em 2014 haverá lugar a um aumento no setor privado, o que não se verificará no setor público, continuando a política de redução do número de efetivos das administrações públicas.

Em termos de inflação, esta deverá diminuir para próximo de 1% em 2013. É previsto um abrandamento dos preços no início do ano, sendo que a taxa de inflação já registou uma descida significativa no final de 2012, dada a dissipação do impacto do aumento da tributação indireta sobre os preços de alguns bens energéticos em idêntico período de 2011. O contexto de contração da procura interna e diminuição líquida de emprego e aumento da taxa de desemprego irá contribuir para a manutenção da moderação salarial observada em 2012. Espera-se que os preços da componente energética em 2013 estabilizem, sofrendo uma ligeira redução em 2014. Por outro lado, espera-se um abrandamento significativo dos preços dos bens não-energéticos e serviços em 2013, seguido de um crescimento moderado em 2014.

Depois de uma expressiva contração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) que em 2012 se situou na ordem dos 14,4%, ficando 3,4% acima da contração verificada em 2011, a atual projeção incorpora uma redução mais suave em 2013, na ordem dos 8,5%, seguida de uma recuperação de 2,8% em 2014. Este padrão de evolução é transversal a todos os setores institucionais, sendo as perspetivas muito incertas quanto ao futuro próximo. Em 2014 antecipa-se um aumento do investimento, num contexto de recuperação da procura externa e gradual aumento da procura interna.

No entanto, à semelhança do ocorrido para 2012, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, estas projeções são marcadas pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental, assim como o processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário. O enquadramento internacional, marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013, só deverá ser revertido em 2014. Portugal terá de promover o desenvolvimento económico, passando este por aumentar a eficiência do sistema judicial e por redefinir o papel do Estado, de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso do processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável em Portugal, mantendo um consenso institucional e de coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

5.2 Evolução previsível da entidade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a Fundação Arca da Aliança, dê continuidade ao seu projecto, e contrariando as expectativas, contribua com aumento da taxa de emprego na zona, visto que com abertura do lar, seja necessário recorrer ao mercado de trabalho, e contribua para dinamizar o sector da terceira idade.

6 - Outras Informações

A Fundação Arca da Aliança não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2011.

Não foram realizados negócios entre a Fundação e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

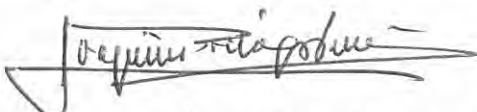
Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal
Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Amigos, Fornecedores gerais e de investimentos, Instituições de Crédito, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso projecto.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Fundação Arca da Aliança.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

- 
- 